

**CONHECER PELAS PALAVRAS:  
ENTREVISTA COM JEAN-LOUIS FOURNEL<sup>1</sup>**Entrevista e tradução: Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro<sup>2</sup>

**Jean-Louis Fournel** é professor da Universidade Paris 8, historiador, tradutor e comentador de autores do pensamento político do Renascimento Italiano. Pelo seu notório saber como *italianista*, em 2017 foi eleito *socio straniero* da Academia de Pádua (*Accademia Galileiana di Scienze, Lettere ed Arti*) e, em 2020, da Academia de Veneza (*Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti*). É um escritor e pesquisador profícuo, tendo publicado 11 livros-ensaios, 6 traduções comentadas de autores renascentistas (como Francesco Guicciardini, Girolamo Savonarola e Nicolau Maquiavel, dentre as quais a obra de referência em francês para *O Príncipe*), 25 obras sob sua organização, mais de 200 artigos e capítulos em livros especializados, 30 artigos de divulgação científica e 70 resenhas. Muitas de suas obras foram premiadas na França e na Itália. Dentre suas últimas publicações, destacam-se: *Machiavel, une vie en guerres* (Paris, Passés composés / Humensis, 2020, 604 p.), que recebeu o prêmio *Italiques* em 2020, e *Machiavelli. Un uomo di parole* (Rome, Viella, 2023), ambas em coautoria com Jean-Claude Zancarini.

---

<sup>1</sup> Esta entrevista foi realizada originalmente em francês, em Paris, em fevereiro de 2024, durante o período em que o Prof. Jean-Louis Fournel [1959-] (doravante JLF) foi o supervisor do estágio doutoral da entrevistadora, Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro (doravante FEZS), na Université Paris 8, junto ao Laboratoire d'Études Romanes (LER) e ao Centre interuniversitaire de recherche sur la Renaissance italienne (CIRRI), redes de pesquisadores de diversas instituições (francesas, italianas e de outros países) dedicados ao Renascimento Italiano. A entrevista foi transcrita e organizada pela entrevistadora, e revisada pelo entrevistado. Esta é a tradução ao português, feita pela entrevistadora, da versão final da entrevista.

<sup>2</sup> Doutoranda em Filosofia pela Universidade de São Paulo, com estágio doutoral na Université Paris 8 (2023/2024). Bolsista CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8462633948884863>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1652-4354>.

## 1 Primeira parte: formação

**FEZS** – *Professor Jean-Louis Fournel, você estudou Letras-Italiano na École Normale Supérieure de Saint-Cloud, uma das instituições de ensino superior mais respeitadas da França. O que significou para você ser aprovado para ingressar neste estabelecimento?*

**JLF** – Para mim, ingressar na École Normale Supérieure (ENS) de Saint-Cloud foi, antes de tudo, uma maneira de continuar meus estudos em Paris. Eu cresci numa província, em Saint-Étienne, uma cidade média perto de Lyon. Então, vir para Paris era, de certa forma, me abrir para outras experiências intelectuais e uma nova vida. Isso é a primeira coisa. Outro ponto, francamente material (mas às vezes questões materiais têm sua importância), é que quando você é “Normalien” [estudante de uma École Normale] você recebe um salário. Isso me permitia ser financeiramente independente dos meus pais. Ser financeiramente independente aos 20 anos, sem desistir de fazer um longo percurso de estudos, é algo que não era insignificante (algo que todos os governantes deveriam considerar quando cortam as bolsas de estudos dos estudantes!). A terceira razão era que na França, estudar na ENS abria portas: isso é um dos excessos da cultura acadêmica francesa, porque, na verdade, durante toda a sua vida, você permanece como alguém que passou em um concurso aos 20 anos (o que é perfeitamente injusto para quem não pôde ou não quis passar por isso). Muitos franceses são muito ligados a esse tipo de tradição acadêmica e, se você olhar, por exemplo, os anúncios de falecimento no jornal *Le Monde*, as pessoas frequentemente querem escrever “ex-aluno desta ou daquela grande Escola”, mesmo que essa associação remonte a 50, 60 anos ou mais, como se de alguma forma isso os definisse até o fim de suas vidas. Bem, eu não penso assim de jeito nenhum. Mas, por outro lado, o que é verdade é que ser estudante de uma ENS é uma situação um pouco particular e muito privilegiada para estudar.

**FEZS** – *Sua admissão na École Normale Supérieure de Saint-Cloud ocorreu em 1979. Os eventos de maio de 68 deixaram marcas nos jovens desta instituição durante o período em que você estudou lá?*

**JLF** – Eu só nasci em 1959: durante os anos 68, eu tinha 9, 10 anos, então não pude ser um ator desses anos. Eu era um pouco como esses personagens de Balzac a quem as guerras da Revolução e do Império eram contadas por aqueles que as viveram. Até certo ponto, *me contaram* as coisas, às vezes quase imediatamente, porque eu conhecia pessoas muito próximas de mim que

tinham sido atores ou atrizes desse momento. E isso fez parte da minha formação política pessoal. Desse modo, sim, isso me influenciou. Isso me tocou inclusive porque o que chamamos de “anos 68” não se limitou ao período de 1967-1969; são cerca de doze anos que se estendem até o início dos anos 1980. Alguns historiadores e algumas historiadoras<sup>3</sup> de hoje definem esses anos de 1968 como um segmento histórico que vai até 1981, ou seja, até a eleição de François Mitterrand como presidente da república, ilustrando a primeira possibilidade de mudança política desde o início da V República e o retorno ao poder de De Gaulle em 1958. Entre 1958 e 1981, a direita permaneceu no poder na França. Portanto, 1981 é uma data que é considerada um evento histórico para todas as pessoas de esquerda e, em geral, para todos os franceses. Naquela época, falava-se em “alternância”. Portanto, é um evento quase “sonhado”, pelo qual não ousávamos esperar, que encerra esse período, um período não revolucionário no sentido clássico do termo, mas feito de abordagens de inspiração revolucionária e de reflexões que podem ser também e de qualquer forma contribuíram para mudar profundamente a sociedade francesa. Este período começou com as guerras coloniais (na verdade, com a crítica às guerras coloniais, especialmente a da guerra da Argélia), o que permite refletir sobre um período da história que não é baseado apenas nos eventos de maio de 68 stricto sensu e que ainda tem efeitos hoje. Fui formado neste período político, embora esses eventos não tenham tido uma presença direta para mim, exceto pelo fato de que pessoas próximas deles participaram. No entanto, os eventos de maio de 68 deixaram mais marcas políticas para a geração anterior do que para a minha, inclusive nas ENS. Mas isto foi antes de eu chegar lá.

**FEZS** – *Você considera que sua formação política ocorreu no espírito dos debates universitários?*

**JLF** – Eu tive uma formação política, vamos dizer entre aspas, “de esquerda” e “marxista”. Esquerda marxista, mas ao mesmo tempo crítica do socialismo “real” e distanciando-se de certas formas de intervenção no campo político dos partidos comunistas. Especialmente do Partido Comunista Francês (PCF), que estava muito ligado a Moscou. Eu nunca fui do PCF. Sempre mantive uma certa distância em relação a isso. Na França, houve um debate nos anos 1970 entre uma parte da esquerda comunista e outra parte da esquerda, frequentemente chamada de extrema esquerda, que, embora marxista, não se reconhecia na política do PCF, acusado de “revisionismo” ou “stalinismo”. As pessoas a quem eu estava ligado na época eram extremamente críticas em relação

<sup>3</sup> Uma dessas historiadoras é sua irmã, Michelle Zancarini-Fournel. Cf. Michelle Zancarini-Fournel, *Le Moment 68. Une histoire contestée* (Paris : Le Seuil, 2008) e M. Zancarini-Fournel, Philippe Artières (eds), *68, une histoire collective (1962-1981)* (Paris : La Découverte, 2008).

à adesão automática [*suivisme*] do PC à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a Moscou. Não esqueça que no final dos anos 1970 começa a guerra do Afeganistão. E depois houve o movimento Solidarność na Polônia. E essa segunda esquerda não comunista, às vezes anticomunista, se solidarizou com o sindicato livre da Polônia<sup>4</sup>.

Quanto a mim, eu me reconhecia mais nesse tipo de posição. Mas eram anos muito complicados porque também havia toda uma questão – que é importante quando se trabalha com Maquiavel, e que me parece importante também para a história política da América Latina e especialmente do Brasil – sobre a violência política e os efeitos da violência política, que existiam, por exemplo, na Itália. Lá, tínhamos uma violência armada organizada, diferentes formas de terrorismo (de extrema esquerda, mas também de extrema direita fascista). Mesmo que, na França, houvesse, nos anos 1970, confrontos às vezes violentos entre extrema esquerda e extrema direita, as ações de luta armada ilegal permaneciam restritas a uma minoria muito pequena. Os atos terroristas se desenvolviam especialmente na Alemanha e na Itália após os anos 68. Uma força política numericamente mais limitada na Alemanha, com a Fraction armée rouge (FAR)<sup>5</sup>, que não tinha uma base social muito forte, ao contrário do que acontecia na Itália. Tudo isso fez com que houvesse um renascimento da reflexão sobre o estatuto da violência política, uma antiga questão marxista sobre a violência como parteira da história.

Eu tinha um pouco de dificuldade em me posicionar diante de um apego afetivo e um pouco romântico, na verdade bastante abstrato, às lógicas revolucionárias, e o reconhecimento de que a escolha da violência poderia ter efeitos perfeitamente inaceitáveis e contraproducentes. Isso me levou a me interessar pelas correntes de análise pragmática da história e pelas análises que envolvem a multifatorialidade, a explicação dos eventos pela estratificação e interseção de causas de diferentes ordens e não necessariamente hierarquizadas entre si. Eu comecei a desconfiar de todas as análises que pensam que necessariamente, sempre, “A” levará a “B”. Nesse sentido, o estudo de Maquiavel é um bom laboratório...

### FEZS – ...contra os determinismos...

---

<sup>4</sup> Em 1980, a Polônia vive uma grave crise econômica. Os trabalhadores reclamam que o Partido Operário Unificado Polonês (POUP), atrelado à URSS, não defende seus direitos. Após uma série de greves em importantes cidades, milhares de trabalhadores fundam o Solidarność, um sindicato independente da ingerência de Moscou. Face a suas reivindicações trabalhistas e políticas, em 1981 o primeiro ministro, general Wojciech Jaruzelski, proclamará “estado de sítio” e, em 1982, a dissolução do sindicato.

<sup>5</sup> Em alemão, *Rote Armee Fraktion* (RAF). Trata-se de grupo de extrema esquerda que liderou ações terroristas na Alemanha Oriental entre 1968 e 1998.

**JLF** – Sim. Às vezes, há surpresas na história, sejam elas boas ou, infelizmente, ruins!

**FEZS** – *Nesse contexto, por que você se interessou pela literatura italiana? Houve outros autores que marcaram sua formação?*

**JLF** – Por um lado, devido aos meus interesses, à minha formação, a questão da história política era muito importante para mim. E de uma forma bastante espontânea, a história e a política sempre foram mais importantes para mim do que as questões estéticas ou retóricas, com as quais, no entanto, acabei me confrontando. Eu não queria colocar a crítica literária no cerne da minha experiência acadêmica, embora tenha sido treinado até certo ponto para isso, já que um dos exercícios favoritos das formações nas classes preparatórias [dedicadas ao ingresso] para o que chamamos na França de “Grandes Escolas” [as ENS] é a explicação de textos e o comentário. Portanto, fui treinado na textualidade, o que foi útil para mim depois. Mas isso não era essencial para mim, eu ainda queria ter uma relação com a história e com a política, se possível contemporâneas.

Então, o que para mim era relativamente óbvio quando me perguntei sobre o que iria trabalhar depois da minha licenciatura, era abordar um autor da literatura contemporânea italiana com implicações políticas. Eu havia pensado, por exemplo, em um autor italiano de que gosto muito, que ainda estava vivo naquela época e que era alguém extremamente interessante, Leonardo Sciascia [1921-1989]. Eu a aconselho a ler, se ainda não o fez (me permito dizer isso porque não tenho certeza se ele é muito conhecido no Brasil). Ele é alguém que escreveu romances nas décadas de 1960-1970, como, por exemplo, *Il giorno della civetta* [“O dia da coruja”], *A ciascuno il suo* [“A cada um o que é seu”], *Todo modo* [“De todo modo”], *Candido ovvero un sogno fatto in Sicilia* [“Cândido, ou o sonho feito na Sicília”], que são textos que reivindicam uma relação tanto com os arquivos, com a forma do romance policial, quanto com uma leitura analógica da atualidade política, com o uso frequente de parábolas ou metáforas políticas<sup>6</sup>. Isso me interessava muito, na pesquisa, de uma maneira um tanto ingênua, em busca de uma ilustração imediata do que em parte correspondia a um compromisso ou tentativa de envolvimento pessoal.

---

<sup>6</sup> No Brasil, dispõe-se das seguintes traduções de romances de Leonardo Sciascia (segundo cronologia dos textos originais correspondentes): *O dia da coruja* (Rocco, 1995); *O Conselho do Egito* (Fontana, 1981); *A denúncia* (Rocco, 1988), com nova tradução em *A cada um o seu* (Alfaguara Brasil, 2007); *O Contexto* (Civilização Brasileira, 1979), com nova tradução em *A trama* (Rocco, 1990); *Candido, ou Uma História Sonhada na Sicília* (Berlendis, 2014); *A bruxa e o capitão* (Rocco, 1989); *912 + 1* (Rocco, 1987) e *Portas abertas* (Rocco, 1990).



Mas mudei de ideia ao conversar com uma pessoa que teve muita influência sobre mim durante os anos da ENS de Saint-Cloud, uma pessoa que de certa forma se tornou um pouco meu mestre, e que se chamava Alessandro Fontana [1939-2013]<sup>7</sup>. Ao conversar com ele, pensei que, na verdade, para refletir sobre essas questões que me interessavam, poderia ser interessante começar por autores muito mais antigos. Obviamente, a referência a Maquiavel se impunha. Os cursos de Fontana, que era *lecteur* de Italiano na ENS (o que não era uma posição acadêmica muito elevada em termos de carreira universitária, mas que lhe dava grande liberdade), me fascinava. Eu gostava muito de como ele transitava entre a filosofia, a história e a literatura. Ele tinha sido aluno de [Michel] Foucault (de cujos cursos no Collège de France mais tarde se tornaria co-editor) e rejeitava qualquer ancoragem disciplinar. E foi ele quem, naquele momento, me disse que, em vez de trabalhar em Maquiavel – havia já muitas pessoas trabalhando sobre ele e muitas vezes o faziam usando-o para objetivos ideológicos que nem sempre tinham bases textuais sólidas – eu poderia trabalhar com [Francesco] Guicciardini, especialmente com um pequeno livro de textos breves, entre máximas e advertências, chamado *Ricordi*. Este foi meu primeiro trabalho intelectual sério, o que explica que tenha publicado alguns anos depois, em 1988, uma edição francesa com Jean-Claude Zancarini<sup>8</sup> [1947-] (foi o nosso primeiro trabalho editorial em conjunto). Eu escrevi minha dissertação de mestrado, que na época era chamada de “la maîtrise”, sobre os *Ricordi* di Guicciardini. Então, eu não comecei a trabalhar com Maquiavel, mas sim com Guicciardini, e só passei a estudar seriamente Maquiavel depois de ter me envolvido bastante com ele ao abordar outros autores...

**FEZS** – Qual era o título da dissertação?

<sup>7</sup> Filósofo e historiador, professor da ENS de Lyon especialista em cultura e literatura italiana. Tornou-se conhecido como editor dos cursos de Michel Foucault no Collège de France. Jean-Louis Fournel e Xavier Tabet afirmam na apresentação da autobiografia de Alessandro Fontana (*L'exercice de la pensée : Machiavel, Leopardi, Foucault*, Paris: Éditions de la Sorbonne, 2015) que mais que um discípulo ou comentador, Fontana trabalhou com Michel Foucault e depois a partir dele. Era um *passer* entre Itália e França: traduzia textos do italiano ao francês, e vice-versa. Dentre outras obras, coeditou *Venise et la Révolution française* (Paris : Robert Laffont, 1997) e *Venise : 1297-1797* (Paris : ENS Éditions, 1997).

<sup>8</sup> Jean-Claude Zancarini é professor da ENS de Lyon. Como Jean-Louis Fournel, estudou na ENS de Saint-Cloud, cursando Letras-Italiano, tendo o Prof. Adelin C. Fiorato como orientador. Além de um perfil de pesquisas e de publicações similar ao de J.-L. Fournel, com quem aliás publicou muitas obras, J.-C. Zancarini se juntou à engenheira computacional Séverine Gedzelman para o desenvolvimento de programa voltado à comparação entre traduções do século XVI de *Il Principe*, de Maquiavel, a partir da edição Blado (1532). O site do projeto *HyperPrince* pode ser cf. <http://hyperprince.ens-lyon.fr/>; o programa *HyperMachiavel*, aqui: <http://hyperprince.ens-lyon.fr/hypermachiavel>.



**JLF** - *L'intellectuel et l'homme politique dans les Ricordi de Guicciardini* ("O intelectual e o político nos *Ricordi* de Guicciardini"). E depois de escrever essa dissertação tão extensa – de quase uma pequena tese, com mais de duzentas páginas, sem notas -, eu publiquei meu primeiro artigo.

**FEZS** – *Em 1989, você defendeu sua tese de doutorado, orientada por Adelin Charles Fiorato (1924-2016)<sup>9</sup>, sobre o paduano Sperone Speroni (1500-1588), a qual foi publicada no ano seguinte sob o título Les dialogues de Sperone Speroni: libertés de la parole et règles de l'écriture<sup>10</sup> (Marburg: Hitzeroth, 1990). Na introdução da obra, você observa o contraste entre "a presença contínua" do autor "nas práticas de seu tempo" e "seu eclipse, após sua morte", destacando que para entender seus diálogos, é necessário levar em conta as manifestações históricas de sua "fala" (ou "palavra"), o que abre o tópico metodológico de sua pesquisa (1990, p. 14-19). Logo neste início de seu trabalho intelectual nos deparamos, assim, com temas como tradução, atenção à palavra, método de interpretação. Você considera que nesta pesquisa já aparecem alguns dos grandes interesses que orientariam suas reflexões posteriores?*

**JLF** – Para explicar um pouco melhor minhas escolhas de trabalho e por que fiz uma tese sobre [Sperone] Speroni, o que não era óbvio já que eu estava indo de um autor importante e reconhecido até hoje para um autor sobre o qual muito poucos pesquisadores se interessaram no século XXI... Minha ideia inicial era outra e eu queria fazer uma tese sobre Guicciardini. Acontece que na universidade francesa, naquele momento - o que é menos verdade agora -, não era possível apresentar um projeto de tese sobre um tema em que já havia alguém fazendo uma tese. E havia alguém fazendo uma "tese de Estado" (ou seja, uma tese muito longa, em um formato que hoje não existe mais) sobre Guicciardini, o que bloqueou o assunto. E meu orientador, Adelin Charles Fiorato, me incentivou a encontrar outra coisa. Naquele momento, eu tinha uma visão um pouco (como posso dizer?) sumária e esquemática do trabalho nessas questões. Eu estava interessado na questão da relação entre intelectuais e poder. Era um assunto um pouco na moda na época, misturando de uma forma por vezes bastante esquemática considerações sociológicas e políticas. Então, eu refleti sobre

<sup>9</sup> Além de professor da ENS Saint-Cloud, era tradutor e pesquisador de cultura e literatura italiana. Traduziu diversas obras italianas para a editora Belles Lettres, como as cartas e poesias de Michelângelo (Miguel-Ange, *Correspondance / Carteggio*, 2011; *Poésie / Rime*, 2004). Foi autor de ensaios e estudos, como *La cité heureuse. L'Utopie italienne de la Renaissance à l'Age baroque* (Paris : L'Harmattan, 2003).

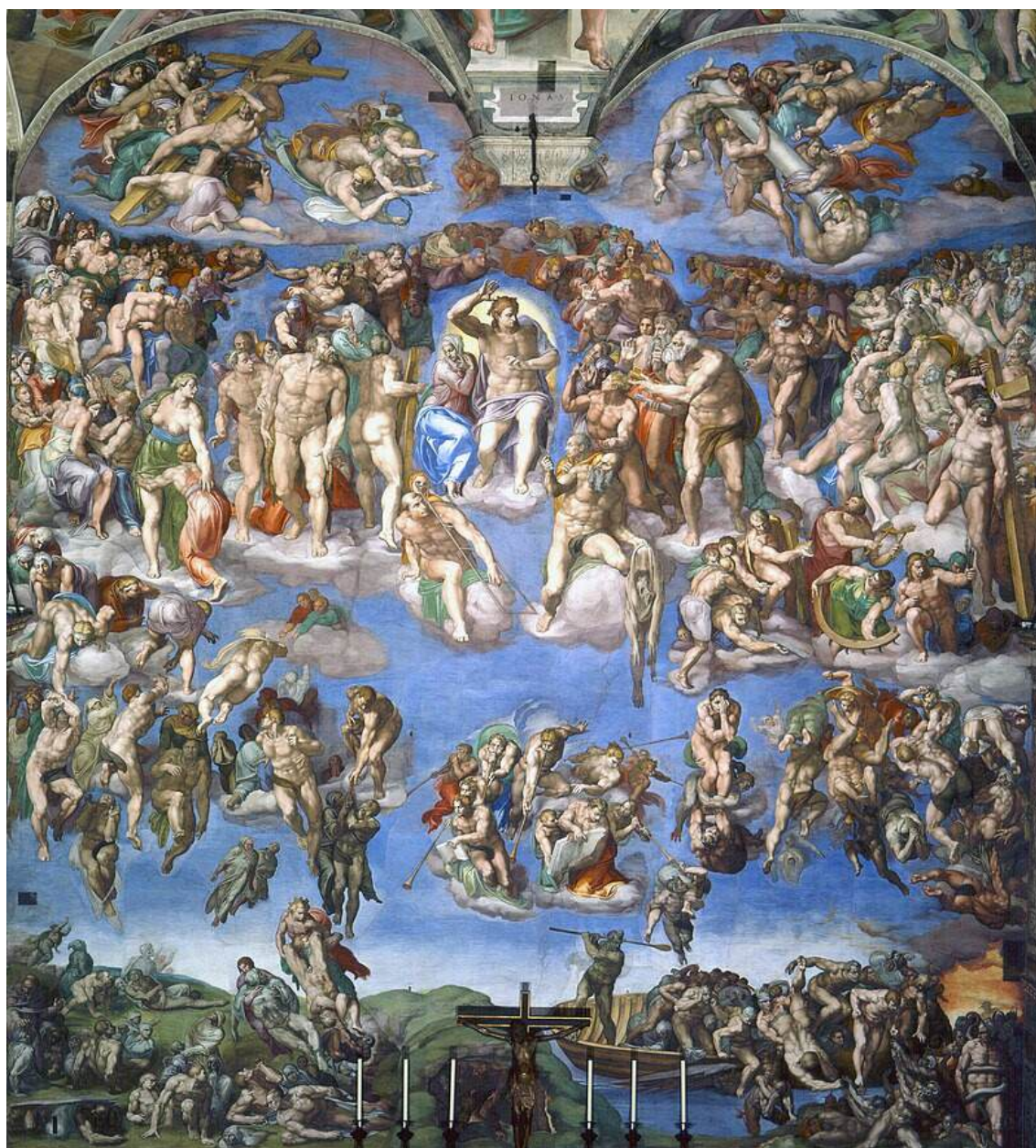
<sup>10</sup> "Os Diálogos de Sperone Speroni: liberdades de fala e regras da escrita" (em livre tradução). Em francês, "parole" pode tanto significar "palavra" quanto "fala", a depender do contexto. O título da dissertação de Jean-Louis Fournel se vale desse duplo sentido, ao tratar das "liberdades de fala" e das "liberdades de palavra", isto é, de uso da língua.



uma possível tipologia dessas relações na época do Renascimento, identificando quatro categorias: em primeiro lugar, o homem político intervencionista (Guicciardini, Maquiavel, etc.); em segundo lugar, o polígrafo, que vive de sua pena em estreita ligação com o desenvolvimento exponencial da impressão (o Aretino [Leonardo Bruni], por exemplo); em terceiro lugar, o cortesão, o homem de corte, um mundano que eventualmente poderia ser conselheiro do príncipe ([Baldassare] Castiglione é o melhor exemplo); e, depois, uma quarta categoria que identifiquei como sendo a do retórico-filósofo, que trabalha tanto na filosofia quanto na retórica, a partir de uma reflexão linguística, na medida em que o início do século XVI foi também o grande momento da “*questione della lingua*”, no âmbito das quais foram levantadas questões cruciais sobre a língua vernácula e sua capacidade de produzir um discurso verdadeiro (seja ele sobre fé, filosofia ou ciência), de uma forma tão legítima quanto se poderia fazer em latim. Foi aí que me interessei muito por esse personagem um tanto inabitual [*bizarre*], Sperone Speroni. E foi por isso que acabei fazendo uma tese sobre ele. Mas, obviamente, isso não foi um plano de batalha, um programa de uma racionalidade absoluta que eu pensei *a priori*. De jeito nenhum. Foi algo que se construiu ao longo do tempo através do meu trabalho.







*Juízo Final* (1550) de Michelangelo, pintado na Capela Sistina (imagem em domínio público)

## 2 Segunda parte: trajetória profissional

FEZS – *O interesse por quais assuntos marca sua trajetória profissional?*

JLF – Gradualmente, construí dois blocos de interesses em meu percurso intelectual. Por um lado, há a história do pensamento político. Especificamente, a história do pensamento político republicano, e, principalmente, a história do pensamento político republicano florentino. E, por outro lado, a retórica e a “questão da língua”, ou seja, a atenção às palavras, especialmente às palavras na língua vernacular, chamada de língua vulgar. A “questão da língua” é uma expressão que traduzo precisamente do italiano *questione della lingua*. É uma categoria muito italiana, que não foi verdadeiramente incorporada nos léxicos críticos de outras línguas europeias, e que estuda o surgimento de uma língua vernacular normatizada, utilizável em diferentes áreas (literatura, história, filosofia, conversação, etc.). Tratava-se de refletir sobre o instrumento linguístico de produção e transmissão de conhecimento.

Dentro desse contexto, o interesse político e o interesse linguístico podiam ser articulados: inicialmente, de forma empírica; mas a realidade empírica acabou gerando uma reflexão metodológica enriquecida pela prática de tradução. Houve um período da minha vida, durante cerca de doze anos (entre 1988 e 2000), em que trabalhei muito com tradução. Traduzi milhares de páginas, sempre em dupla com Jean-Claude Zancarini, e sempre com uma coerência na escolha dos textos a serem traduzidos. Todos os textos estavam relacionados ao momento republicano florentino: os *Ricordi* de Guicciardini (1988); uma antologia de textos políticos de Savonarola e os registros do seu julgamento (1993); um longo trabalho que durou sete ou oito anos (de 1989 a 1996) para traduzir a *Storia d'Italia* de Guicciardini, com mais de 1500 páginas de tradução...; os escritos políticos de Guicciardini em 1997; *O Príncipe* de Maquiavel em 2000...

Guicciardini, para quem não o conhece, é um pouco como o Tucídides do século XVI, ou seja, a pessoa que reinventou a historiografia política. Foi por isso que queríamos traduzi-lo. Quanto aos “escritos políticos” de Guicciardini, são dois textos de intervenção: o *Discorso di Logrogno* [1512] e o *Dialogo del Reggimento di Firenze* [1521-1526]. Depois de trabalharmos bem com Guicciardini e Savonarola, pudemos atacar o alvo principal e fizemos nossa edição comentada de *O Príncipe* lançada em 2000.

**FEZS** – *Esta é a tradução de referência de O Príncipe na França. O que ela contém?*

**JLF** – Basicamente, desenvolvemos da forma mais completa possível, se é que posso dizer assim – não definitiva, mas completa –, nossa abordagem metodológica, à qual demos o nome de *filologia política*. Um nome escolhido de forma um pouco provocadora para lembrar que a filologia não deve se limitar à edição de textos, que fetichiza e monumentaliza a redação da obra sem realmente se interessar por seus efeitos históricos. A *filologia política* tem a ver com a identificação dos principais enfoques políticos amplamente ancorados na vida das palavras, na vida do texto, o que também envolve a prática de sua tradução e o estudo de suas traduções passadas. Por isso, associamos, a essa primeira edição, trezentas e cinquenta páginas de comentários lineares seguidos do texto de *O Príncipe* – enquanto este último tem menos de cem páginas. Esse comentário incluía, entre outras coisas, lembretes frequentes das escolhas de tradução feitas por nossos antecessores do século XVI até os dias atuais. Tratamos o texto de Maquiavel da mesma forma que tratamos os textos dos autores gregos ou latinos clássicos ou os grandes textos da Patrística, fazendo também referência a um sistema de referências aos outros textos da época (especialmente aos de seu amigo e compatriota Guicciardini).

Nunca antes houve realmente um comentário linear sistemático sobre Maquiavel que levasse em conta a questão do tempo das traduções de Maquiavel. Se consideramos as traduções passadas de Maquiavel, não era obviamente para dizer “nossa tradução é melhor”. Não se tratava de estabelecer uma hierarquia de traduções, o que seria perfeitamente ridículo – cada tradução tem suas características, seu momento. De fato, existem más traduções, isso existe. Eu não vou citá-las, mas o problema não está aí. O problema é que todas as traduções têm efeitos interpretativos, às vezes consequentes. E há leituras de Maquiavel na França que se explicam em parte simplesmente pelas traduções do léxico de Maquiavel. Mas poderíamos dizer ou raciocinar exatamente da mesma forma na Inglaterra, na Alemanha, na Espanha, etc. É por isso que é muito importante, em minha opinião, para entender o pensamento maquiaveliano, especialmente sua difusão na Europa do Antigo Regime, trabalhar de forma comparativa com essas múltiplas traduções, o que não foi feito de forma sistemática até agora: trabalhar nas traduções em todas as principais línguas europeias, incluindo o neo-latim (que é a língua de difusão dos textos maquiavelianos em toda a Europa Central e Oriental) permite estabelecer o *corpus* linguístico da política da Europa clássica pelo menos até a Revolução Francesa.



**FEZS** – *A primeira obra que você publicou em colaboração com Jean-Claude Zancarini foi a tradução dos Ricordi de Francesco Guicciardini (1988), após o que foram publicadas outras traduções de textos políticos de autores italianos dos séculos XV e XVI, como você acabou de mencionar*<sup>11</sup>. *Mais tarde, esse trabalho em conjunto se expandiu para publicações de estudos aprofundados sobre o pensamento político de autores e tradições do Renascimento Italiano. Recentemente, em uma conferência realizada durante a Winter School “Philosophy and Civic Engagement in the Italian Traditions”*<sup>12</sup> *em Novacella (fevereiro de 2024), ao ser questionado sobre o motivo dessas colaborações, Jean-Claude Zancarini destacou que elas enriqueciam o trabalho intelectual, pois “duas cabeças raciocinam melhor que uma”. Como é o processo criativo e de trabalho que vocês utilizam para escrever textos em coautoria?*

**JLF** – Trabalhamos juntos. Traduzimos juntos. É isto o que é útil e, além do mais, aquilo de que gosto muito. As pessoas pensam que Jean-Claude traduz algumas passagens e eu outras, e depois cruzamos nossas traduções. Isso não é verdade. Todas as páginas que traduzimos, traduzimos juntos. Estamos ambos na frente da tela do computador, sentados à mesma mesa, e traduzimos trocando os papéis ao longo do dia: às vezes um lê e o outro propõe uma primeira tradução e o outro revisa a tradução; depois, trabalhamos mais precisamente em uma escolha; e então invertemos a situação. É completamente diferente quando escrevemos um ensaio juntos. Aí funcionamos de maneira diferente. Cada um escreve tal ou tal capítulo, envia o capítulo ao outro, que trabalha nele e o envia de volta. Muitas vezes, há cinco, seis versões do capítulo. Mas inicialmente há uma primeira versão, que é a versão escrita por um de nós dois. E a ideia importante para nós é que, no final, e acredito que conseguimos mais ou menos de acordo com os testemunhos dos leitores, não se consegue ver quem escreveu o quê. De fato, se você pegar, por exemplo, a biografia de Maquiavel que publicamos em 2020, mesmo as pessoas que nos conhecem bem não conseguem entender quem escreveu o quê. Nós sabemos, mas, no fim das contas, pode-se dizer também que tudo foi escrito por nós dois, já que revisamos tudo juntos. Portanto, não faz sentido perguntar quem escreveu o quê, mesmo que a primeira versão sempre seja escrita por um dos dois.

<sup>11</sup> Guicciardini, *Ricordi*, traduction, présentation et notes [en collab. avec J.-L. Fournel] : Avertissements politiques, Paris : Éditions du Cerf, 1988 ; Savonarole, *Sermons, Écrits politiques et pièces du procès*, traduction, présentation et notes, Paris, Éditions du Seuil, 1993 ; Guicciardini, *Histoire d’Italie*, traduction [par l’Atelier de traduction du CERPPI, présentation, notes, index, annexes, Paris, Laffont, coll. « Bouquins », 2 vol., 1996 ; Guicciardini, *Écrits politiques (Discorso di Logrognò et Dialogo del Reggimento di Firenze)*, traduction, présentation, notes, postface sur le vocabulaire politique de Francesco Guicciardini, Paris, PUF, coll. « Fondements de la politique », 1997.

<sup>12</sup> Escola de Inverno "Filosofia e Engajamento Cívico nas Tradições Italianas" (em livre tradução).





Uma coisa extremamente importante neste processo é passar o texto pela oralidade: nos vemos e um dos dois lê, o outro ouve e intervém interrompendo a leitura quando acha que não está funcionando. Quase não há uma única página que não tenha sido lida em voz alta em nossos encontros de trabalho. Eu costumo usar uma imagem com meus alunos dos cursos de tradução: Flaubert tinha uma sala em sua casa, que ele chamava de “berratório” [*gueuloir*]<sup>13</sup> onde lia em voz alta seus textos para ver se o texto fluía bem. Em geral, um texto que pode ser lido em voz alta é um texto que sintaticamente falando funciona. Se você não consegue dizer um texto, há um problema. A tradução é uma leitura lenta (uma leitura silenciosa) e a escrita pressupõe uma leitura necessária, em voz alta.

Encontramos aqui algo que foi amplamente metabolizado e tematizado para mim pelo trabalho em minha tese, algo que é fundamental quando se trabalha no século XVI: é a diferença entre oralidade e escrita. O século XV ou XVI, frequentemente esquecemos, são momentos da história em que a oralidade é tão importante quanto a escrita, mesmo que seja o momento de maior desenvolvimento da impressão tipográfica e da multiplicação de escritos, impressões, livros. Há uma mudança, de certa forma, de uma civilização oral para uma civilização escrita. Mas essa mudança é complexa, não acontece imediatamente. E o atrito que essa articulação entre oralidade e escrita produz, as distinções, as diferenças, os problemas que isso gera são muito evidentes na “questão da língua” da qual falei antes.

Vamos dar um exemplo disso. Speroni foi discípulo de dois “mestres”, um mestre filosófico e um mestre literário e retórico. O mestre filosófico é o filósofo Pietro Pomponazzi [1462-1525], que era aristotélico, mas um aristotélico aberto, capaz de questionar os textos de Aristóteles à luz do avanço do conhecimento de sua época. Conhecemos, por exemplo, por meio de anotações de estudantes, um curso de Pomponazzi sobre o tratado *De Caelo* de Aristóteles (cito o título em latim e não em grego porque Pomponazzi fazia seus alunos trabalharem no texto em latim), no qual Pomponazzi desce do pódio e vai se sentar com os alunos dizendo que não pode mais falar do alto do púlpito e deve vir se sentar com seus discípulos, porque não sabe mais do que eles. De fato, as grandes viagens transoceânicas mostraram que Aristóteles estava errado porque havia pessoas que podia viver nas antípodas, ou seja, em regiões onde os gregos pensavam que o clima tornava a vida impossível. Pomponazzi considera que Aristóteles foi seguido por séculos, o que se impôs como uma espécie de verdade, e agora se percebia que essa verdade era falsa. Por isso, ele questiona as

---

<sup>13</sup> Junção do verbo *gueuler* (que pode ser traduzido por “gritar”, “berrar”) e a terminação *-oir* (que em francês pode indicar um local).



verdades da tradição filosófica em nome das verdades da experiência. Este é o primeiro mestre de Speroni: ele tem uma importância enorme em sua reflexão e Speroni permanecerá fiel a ele até seus últimos textos (ele o introduz como interlocutor em vários de seus diálogos).

O segundo “mestre” de Speroni é Pietro Bembo [1470-1547]. Ele tem uma posição muito menos filosófica e muito mais estético-retórica. Bembo publica em 1525 o texto de referência para a “questão da língua” na Itália, mesmo que seja frequentemente mal compreendido. Este livro é intitulado *Prose della volgar lingua*. Speroni tem 25 anos na época, no ano em que Pomponazzi morre. Qual é a tese central de Bembo, uma tese que Speroni discutirá? Bembo considera que o importante é a escrita das “obras”, não a oralidade da conversa. Portanto, ele trata apenas da escrita e da escrita que tem um certo nível retórico, daí o que chamamos de literatura hoje. Ele reduz a questão da língua e passa da pergunta “em que língua se pode escrever ou falar em diferentes campos?” para outra pergunta: “em que língua se deve escrever na Itália” – de uma maneira muito normativa – “no campo literário?” Esta é uma operação que será desmontada e criticada por Speroni, quem toma distância dessa operação de limitação da questão da língua ao campo literário e da sua sustentação exclusiva como uma prática de imitação dos “bons autores”. De fato, Bembo é, como frequentemente os retóricos, bastante empírico e oferece uma solução para a escolha de uma língua na literatura. Essa solução é bastante simples: se você escrever poesia, escreva como [Francesco] Petrarca [1304-1374] e se você escrever prosa, escreva como [Giovanni] Boccaccio [1313-1375]. Os dois textos canônicos da língua vernacular italiana comum então se tornarão o *Canzoniere* de Petrarca, para poesia, e *Il Decamerone* de Boccaccio, para prosa. Para Speroni, isto é profundamente insatisfatório, porque, em primeiro lugar, resolve apenas a questão da literatura e da escrita. E a solução proposta não é dinâmica, mas estática, já que se referirá a dois textos canônicos pertencentes a um passado bastante distante, deixando de lado a escrita dos contemporâneos.

É isso que me interessou em Speroni, essa crítica, porque Speroni age como filósofo aqui. Ele diz: “Devemos retomar um antigo problema da filosofia: como articular o fato de falar a verdade e o fato de falar bem? Então, como articular filosofia e retórica?”. E há um terceiro elemento, que permanece implícito em Speroni, que diz respeito à determinação [*injonction*] de ser honesto em sua fala, ter palavra, ser um bom cidadão, portanto, honesto e justo – uma questão ciceroniana sobre a virtude do cidadão e do filósofo. Assim, Speroni levanta questões como estas, que são importantes. Cada texto não é apenas um texto monumentalizado em sua difusão impressa, é um texto que vive. Há uma vida das palavras. Essa expressão também decorre do fato de que, às vezes, há formas de oralidade que permanecem na escrita. Ou há formas de instabilidade na escrita. Isso é visto muito

bem, por exemplo, no léxico do pensamento político na língua vernacular, onde surge uma polissemia radical, uma pluralidade de significados crucial para entender qualquer enunciado. E se não entendermos essa polissemia, não entenderemos um texto. Para Maquiavel e para todos os pensadores políticos é assim. E essa atenção também é o meu trabalho sobre a questão da língua, ao lado, obviamente, da prática contínua de tradução, que me levou a tê-la.

**FEZS** – *Em muitos dos seus estudos, e como você acabou de mencionar, você faz referência à existência de um "laboratório florentino"<sup>14</sup> construído pelo cenário radicalmente novo gerado pelas Guerras da Itália (1494-1559). Dentro desse "laboratório florentino" você afirma que Maquiavel constitui uma árvore importante, embora seja apenas uma árvore em uma densa floresta de escritores cujo pensamento teve um alcance significativo, ultrapassando as fronteiras das cidades italianas. Ao mesmo tempo, observa-se o impacto de Maquiavel e Guicciardini na concepção metodológica desenvolvida por você e Jean-Claude Zancarini, o que se nota desde o início quando você adota a famosa expressão de Maquiavel "qualità dei tempi" ou, com Guicciardini, "condizione dei tempi", para se referir à conjuntura singular da época analisada que o intérprete deve levar em conta e destacar<sup>15</sup>. Você poderia falar mais sobre a metáfora do laboratório e o que ela representa na sua leitura do contexto do Renascimento florentino?*

**JLF** – O que é um laboratório? É um lugar onde se faz pesquisas para tentar encontrar soluções para problemas que não sabemos resolver, mas de que é necessário tratar (como a salvaguarda da comunidade política, por exemplo). E depois um laboratório também é um lugar onde se elaboram soluções que serão aplicadas em outros espaços além daquele em que foram concebidas – por isso os florentinos em guerra falam para a Europa de seu tempo e para o nosso mundo. Sempre que falamos de algo que envolve uma construção de conhecimento que não está completa, que é lacunar, impura, e usamos a metáfora do laboratório, a utilizamos realmente em seu primeiro sentido. Portanto, como você dizia, e está correto, a noção de laboratório florentino está intimamente ligada ao estatuto atribuído à guerra, ao fato de que esse pensamento maquiaveliano e

<sup>14</sup> Por exemplo, na apresentação da edição bilingue de *Le Prince* de Maquiavel (tradução e comentário, PUF, 2000), *Les guerres d'Italie: des batailles pour l'Europe* (1494-1559) (Gallimard, 2003) e *Machiavel: une vie en guerres* (Alpha, 2020), todos em coautoria de Jean-Claude Zancarini. Em outras obras, os autores se referem a uma "política da experiência" (*La politique de l'expérience: Savonarole, Guicciardini et le républicanisme florentin*, Edizioni dell'Orso, 2002) e às "múltiplas tradições republicanas da história florentina" (*La Grammaire de la République: langages de la politique chez Francesco Guicciardini (1483-1540)*, Droz, 2009).

<sup>15</sup> Cf. Fournel, J.-L.; Zancarini, J.-C. « Introdução ». In: *Machiavelli, un uomo di parole*, Roma : Viella, 2023, p. 9-25 ; Zancarini, J.-C., « Uma filologia política: Os tempos e as manobras das palavras (Florença, 1494-1530) », in: Descendre, R.; Fournel, J.-L.; Zancarini, J.-C., *Estudos sobre a língua política: Filologia e política na Florença do século XVI*, Cáceres: Ed. Unemat; Lyon: ANR – TRIANGLE; Campinas: Ed. RG, 2008, p. 7-20.

guicciardiniano... é um pensamento de guerra, com todas as diferenças que isso pode expressar, toda a incerteza que induz e a modificação dos quadros interpretativos que exige. Dizer isso não é apenas descrever um contexto, ao contrário do que alguns podem pensar de forma um pouco apressada ou preguiçosa: isso significa examinar um pensamento que aponta um objetivo, horizontes, restrições particulares relacionadas à necessidade de se adaptar à guerra e às ameaças da guerra. E é um pensamento que, acima de tudo – e isso pode ser esquecido com frequência quando se trabalha com Maquiavel na calma e tranquilidade de um escritório universitário – é um pensamento de uma necessidade extraordinária [*redoutable nécessité*]. Para eles, pensar é preciso. Essa geração que só conheceu a guerra deve entender como reagir a ela. Há aí uma exigência, uma imposição [*injonction*] para pensar.

**FEZS** – *Para concluir esta parte da entrevista, se me permitir, gostaria de lhe fazer uma pergunta um pouco provocadora em relação ao seu método de análise dos textos do Renascimento Italiano. Bem, tendo em vista a centralidade da palavra na metodologia da filologia política, que lugar você atribui às outras formas de expressão desenvolvidas durante o Renascimento, como a pintura, a escultura e a música? Dado que elas não estão diretamente ligadas à sobrevivência da cidade, como a escrita, em face das Guerras da Itália, você acha que elas conheceram uma experiência histórica distinta?*

**J.-L. FOURNEL** – Estas artes nem sempre estão ligadas à sobrevivência da cidade, mas podem estar. Michelangelo pode ser interpretado também como um escultor político. E suas obras de afresco também têm em parte um conteúdo político: assim, sem o saque de Roma, você provavelmente não teria tido a encomenda do *Júzo Final* pelo papa na parede de fundo da Capela Sistina. Portanto, podemos estabelecer conexões. Não se esqueça também de que os florentinos republicanos trouxeram no início do século XVI as estátuas de *Judith* [*Giuditta*] de Donatello e do *Davi* [*David*] de Michelangelo para o espaço público, na praça e no Palácio da Senhoria, como marcadores identitários republicanos, quase como advertências sobre o que aguarda os partidários dos tiranos. O tirano terá o mesmo destino que Golias diante de Davi e que Holofernes [*Oloferne*] diante de Judith [*Giuditta*]. Portanto, há uma leitura política que é totalmente possível, que nem sempre foi privilegiada pelos historiadores de arte em geral, mas que existe. Quanto à música, é uma questão importante, mas um pouco diferente, que interessa a Maquiavel, pois ele também é músico. Isso foi por muito tempo esquecido. E provavelmente, aliás, na *Enciclopedia machiavelliana* que



foi lançada em 2014 [Roma: Treccani], entre as entradas mais originais e inovadoras, está a que diz respeito à música. Portanto, na verdade, podemos falar sobre isso também.



*Judith and Holofernes* (1457–64) de Donatello no Palazzo della Signoria, Florença (Foto: Yair Haklai)

### 3 Terceira parte: aproximações e distâncias no domínio do método e do comentário

**FEZS** – *Em The Crisis of the Early Italian Renaissance, Hans Baron defendeu a tese de que a ameaça de conquista imposta pelo duque Gian Galeazzo Visconti, de Milão, no final do século XIV até 1402, ano de sua morte, teria provocado, dentre os florentinos, o surgimento de discursos republicanos pela liberdade. Você e Zancarini propõem que tal virada teria ocorrido no início das Guerras da Itália, cerca de cem anos depois. Apesar desta diferença, houve alguma influência de Baron na consolidação da concepção de que houve concretamente um evento histórico que foi disruptivo no campo das práticas e teorias políticas republicanas modernas em Florença?*

**JLF** – Um ponto em comum com Hans Baron é dar um papel central à noção de crise político-militar. Isso é verdade, embora não tenhamos encontrado isso diretamente nele, mas sim em nossas leituras das histórias e crônicas da época das Guerras da Itália. No entanto, com Jean-Claude Zancarini, tentamos fazer algo menos presente em Baron, tratando a questão da crise como uma questão existencial da cidade – e não como a oposição entre dois paradigmas políticos principais da república e da tirania, como faz Baron. Em outras palavras, a novidade que surge após 1494 é levar a sério o fato de que a república pode morrer. E se a república pode morrer, é porque o segundo ponto que nos aproxima de Baron é na verdade um ponto que nos afasta. Este segundo ponto é a questão da guerra, a consideração de uma situação de guerra. Mas o que nos afasta é que a guerra entre Milão e Florença é uma micro-guerra, por assim dizer, em comparação com a guerra continental que se desencadeia em 1494. Não há problema de inteligibilidade na guerra entre Milão e Florença estudada por Hans Baron, na medida em que, no início do século XV, os florentinos não se questionaram sobre o que é essa guerra que, afinal, se parece com outras guerras. Pelo contrário, na guerra que eclode em 1494, há um problema de inteligibilidade contrariada, de racionalidade perturbada. Poderíamos dizer que a guerra se torna uma espécie de virada epistêmica. Para evitar mal-entendidos [*les quiproquo*], não se trata aqui de avaliar se, tecnicamente, a guerra é ou não verdadeiramente nova: se ela é ou não é, eis uma questão de história militar; este não é o meu ponto, não é o que importa... Em vez disso, é preciso se perguntar por que essa guerra pode ser *percebida* como radicalmente nova. Isso é o que importa. Porque essa novidade indica uma lacuna a ser preenchida: não sabemos como explicar esse assunto. E é por isso que há uma virada em 1494, uma virada que Baron não vê e não considera. Aliás, essa é a razão pela qual ele pode postular a longa duração do que ele chama – inventando o termo – de “humanismo cívico”, desde o início do século XV até Maquiavel.



O humanismo cívico é, como se sabe, o grande conceito de Baron e o que explica todo o seu dispositivo de interpretação histórica. No entanto, é um conceito de natureza radicalmente ideológica, uma categoria que não é absolutamente neutra, ao contrário do que considera parte do pensamento crítico anglo-americano, e também muitos colegas na França e na América Latina. O conceito criado por Baron está ligado à trajetória de vida de alguém que reage de forma ativa contra o nazismo e as ditaduras de sua época. Em parte, ele pensa o conceito de humanismo cívico em reação a uma experiência vivida que resultou na provação do exílio para ele – Hans Baron deixou a Alemanha, exilou-se na Itália, depois na Grã-Bretanha, e finalmente na América. Portanto, *grosso modo*, quando Hans Baron pensa na oposição entre a república de Florença e o ducado de Milão, ele está na verdade pensando na oposição entre as democracias e os totalitarismos... uma analogia que corre o risco de ser às vezes um pouco esquemática, mas que de qualquer forma pode ter utilidade política nos anos em que Hans Baron trabalha sobre a questão, entre 1930 e 1950. Baron vai publicar sua grande síntese sobre *The Crisis of the Early Italian Renaissance [Civic humanism and Republican Liberty in an age of Classicism and Tyranny]* em 1955. Mas este livro é marcado pelo período do entreguerras e pela Segunda Guerra Mundial... A oposição às ditaduras invade seu pensamento e é provavelmente isso que o leva a raciocinar em termos de continuidade republicana entre o final do século XIV e o início do século XVI. E, aliás, no último trabalho de Hans Baron, intitulado *Em Busca do Humanismo Republicano*, que sai em dois volumes em 1988 (o ano da morte de Baron), que é na verdade uma coletânea de artigos, é postada uma perspectiva política, e Maquiavel se torna muito claramente para ele, o ponto de chegada disso.

Enquanto para nós, e aqui eu volto à resposta à sua pergunta, para o nosso trabalho, Maquiavel é certamente influenciado por essa tradição, mas ele está principalmente em ruptura com ela na medida em que algo inaudito aconteceu desde o início das Guerras da Itália, em nome justamente desse problema de inteligibilidade, de racionalidade que eu mencionei. É nesse ponto que Guicciardini e Maquiavel intervêm, e não só eles, mas muitas pessoas em Florença e em outros lugares. Para Baron, o momento fundador é o início do século XV. E para nós, o momento fundador de um outro pensamento republicano é o final do século XV e o início do século XVI. Esta é a grande diferença entre nosso trabalho e o de Baron.

**FEZS** – *Ao explicar sua compreensão da tradução, você a associa à noção de "filologia" usada por Nietzsche (em Aurora) e retomada por Carlo Ginzburg (em Il filo e le tracce): a de um arte de ler lentamente, "um conhecimento do artesão joalheiro aplicado à palavra", ao léxico e à língua. Não*

*é por acaso que você afirma que ler o passado é um ato de tradução. Essa atenção, que se aplica não apenas à decifração de cada texto, mas também ao contexto histórico, lembra o contextualismo da Escola de Cambridge. No entanto, ao considerar o caso concreto da aplicação dessas duas metodologias para entender o significado, por exemplo, de "libertà" na Florença do século XIV ao XVI, percebe-se que você e Jean-Claude Zancarini, de um lado, e Quentin Skinner, de outro, chegam a conclusões bem diferentes. Em que medida a metodologia da filologia política se aproxima ou se afasta do contextualismo de Cambridge?*

**JLF** – Você está absolutamente certa. Eu estava discutindo sobre isso um dia desses com um amigo linguista que me disse: “vocês são skinnerianos”. Ora, isso não me parece muito correto, pois considero que embora Skinner esteja absolutamente certo em enfatizar a necessidade de levar em conta o contexto linguístico, no final das contas, não é isso o que ele realmente faz. Ele coloca essa necessidade, mas não a implementa. Por que ele não faz isso? Porque, precisamente, ele pensa a partir da lógica que envolve a construção de blocos homogêneos de pensamento, como o republicanismo transmitido a partir de uma continuidade lexical e de uma estabilidade semântica de Cícero a Maquiavel, e até mesmo de Cícero à Gloriosa Revolução Inglesa transcorrida no século XVII. Com esta perspectiva torna-se difícil se deter nas rupturas.

Eu lhe dou uma ilustração completamente anedótica disso: quando, em 1993, publicamos uma antologia de textos “políticos” de Savonarola, a enviamos para Skinner, que nos agradeceu muito gentilmente, mas depois nos perguntou: “Por que vocês não incluíram nesta antologia o *De politia e regno*?”. Na verdade, esse texto é um trabalho que Savonarola redigiu essencialmente com fins pedagógicos, como uma espécie de compêndio, no início dos anos 1490 para se dirigir aos seus colegas dominicanos, e que é um produto (para dizer a verdade, não muito original) de sua sólida formação aristotélico-tomista no âmbito da teoria política. O trabalho é interessante, sem dúvida, mas é produzido antes de 1494, ou seja, antes do que nós consideramos uma ruptura. E nossa ideia é justamente a de que a palavra de Savonarola sobre a política é transformada pelo “fogo da história”. Há formas de continuidade, é claro, mas essa palavra não é, não pode ser, a mesma antes e depois de 1494. E, portanto, se construímos uma antologia de textos políticos, não podemos misturar textos que são anteriores a 1494 e textos de intervenção ou sermões que são pensados depois de 1494. A lógica da filologia política tenta – eu digo “tenta” porque nem sempre conseguimos – tanto não raciocinar puramente de forma temática quanto não ser ideológica, tentar cruzar os textos e seus

enredos de política imediata. É por isso que, se dizemos “sim” à necessidade do contextualismo, é claro, devemos questionar a natureza desse contextualismo.

**FEZS** – *E como este contextualismo contribui para os estudos republicanos?*

**JLF** – Skinner e seus seguidores pensam em uma longa, até muito longa, duração da questão republicana. Basicamente, consideram que estamos na mesma situação epistemológica e política do século XIII ao XVI. Isso é expresso muito claramente em uma série de artigos de Skinner e no livro de seu aluno Maurizio Viroli intitulado *From Politics to Reason of State - The Acquisition and Transformation of the Language of Politics (1250-1600)* [1992]. A posição de Viroli depende claramente da de Baron, cuja tese ele amplia cronologicamente. Mas a principal tese deles, que não é baroniana, é que todo republicanismo é conceitualmente ciceroniano. O que isso quer dizer? Para eles, existe uma estabilidade das linguagens políticas que vai da república romana até Maquiavel. E vai além, porque quando você considera não apenas Skinner, mas também Pocock, isso vai muito além de Maquiavel até os pais fundadores dos Estados Unidos da América, basta conferir seu *The Machiavellian Moment* [1975]<sup>16</sup>. A diferença entre Pocock e Skinner é que o primeiro parte de Aristóteles e o segundo, de Cícero. Pocock projeta uma duração ainda mais longa, cujo objetivo é entender os Estados Unidos da América. A passagem Grécia – Roma – Florença – Gloriosa Revolução Inglesa até a Independência dos Estados Unidos é em parte um pedaço da genealogia dos Estados Unidos da América. Ele para na fundação dos Estados Unidos da América. Portanto, não considera principalmente a Revolução Francesa (e muito menos a Revolução Russa...). Essa posição ideológica me parece clara e se opõe tanto a Leo Strauss quanto à tradição liberal (eles mesmos em conflito), para propor uma terceira forma de modernidade política e outra cronologia.

Strauss narra uma história da modernidade política que não começa no século XVIII. É uma posição que, basicamente, se recusa a afirmar que a modernidade política começa com o Iluminismo e o desenvolvimento do comércio rompendo com o mercantilismo. Por outro lado, a posição de Pocock propõe uma genealogia da modernidade política que está enraizada na longa história do republicanismo e que se baseia na noção de virtude. Pode-se dizer que é de certa forma uma posição tanto de direita quanto de esquerda, se pensarmos de forma um pouco simplificada... É “de direita” na medida em que considera a questão da república sem a questão social; e é “de esquerda” na

---

<sup>16</sup> Versão em português: *O momento maquiaveliano*, tradução de Modesto Florenzano, Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2021.

medida em que considera a questão da república como uma crítica à corrupção ligada ao comércio – daí a importância e centralidade da noção de virtude.

**FEZS** – *Pocock afirma que essa virtude será substituída mais tarde pela noção de interesse.*

**JLF** – Sim, e ele claramente lamenta isso. No final das contas, com suas diferenças, porque existem, Baron, Skinner e Pocock propõem uma certa história da modernidade política baseada unicamente no paradigma da república. Ela é retomada e utilizada, por assim dizer, hoje por alguns setores do que antes era chamado de social-democracia. Penso especialmente em alguém como Philip Pettit, autor de um livro influente sobre republicanismo [*Républicanisme. Une théorie de la liberté et du gouvernement*, trad. de l'angl. par Jean-Fabien Spitz et Patrick Savidan, Paris, Gallimard, 2004], que, em minha opinião, não pode ser explicado sem uma forte referência a Pocock e Skinner. E as pessoas que seguem Pettit na França, como o filósofo Jean-Fabien Spitz, que o traduziu, muitas vezes também são sensíveis às ideias de Skinner. O que me incomoda um pouco é que essas pessoas às vezes negligenciam, devido à sua abordagem principalmente filosófica, a interrogação acerca da identificação da carga ideológica que existe no republicanismo e na categoria de humanismo cívico, na medida em que os usam como operadores neutros, seguindo uma posição de análise historiográfica supostamente consensual, embora a base filológica de suas observações seja frequentemente bastante frágil. No final das contas, muitas vezes, com essa tradição contemporânea do republicanismo, acaba-se retornando à velha história das ideias (mesmo que ela seja chamada de história da filosofia), aquela que esses autores explicitamente pretendiam combater.

Quanto ao que nos interessa aqui, ou seja, a análise dos percursos e escritos dos florentinos da primeira modernidade, eu me pergunto como, ao nos inscrevermos naquela linha do republicanismo, poderemos realmente entender os desafios de textos que são textos de intervenção, que reivindicam uma “atualidade”, um ponto de vista frequentemente alimentado por uma articulação complexa de convicções e compromissos pragmáticos, e que, por esse motivo, só podem ser reutilizados em outros tempos se entendermos bem para que serviram em seu próprio tempo. Isso também é considerar a “qualidade dos tempos”. E é também por isso que a abordagem que chamamos de “filologia política” pode ser útil, na medida em que está atenta à precisão do léxico utilizado e à sua mobilização em uma conjuntura específica. Sobre isso é nosso último livro, *Machiavelli. Un uomo di parole* [Roma, Viella, 2023]. Isto é, aliás, um pouco o que o próprio



Maquiavel pede em seu prólogo aos *Discursos* quando trata de seu uso dos antigos romanos, não é mesmo?

